



**DANIELE FRANÇA COIMBRA ALVES**

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
SURDAS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

**SÃO LOURENÇO**

**2023**



**DANIELE FRANÇA COIMBRA ALVES**

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
SURDAS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
em modalidade de artigo científico,  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Psicologia Faculdade de São Lourenço -  
MG, para obtenção do Título de Psicólogo.

Orientadora: Ma.Gabriela Correia  
Lubambo Ferreira

**SÃO LOURENÇO**

**2023**

DANIELE FRANÇA COIMBRA ALVES

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
SURDAS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Trabalho apresentado à Faculdade de  
São Lourenço, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Psicologia.

São Lourenço 24 de novembro de  
2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Gabriela Correia Lubambo Ferreira

Mestra em Psicologia pela UFJF

Professora do curso de Psicologia da Faculdade de  
São Lourenço.

---

Raquel Alves Ferreira

Mestra em psicologia pela UFSJ

Professora do curso de Psicologia da Faculdade de  
São Lourenço.

---

Leandro Ferreira Santos

Mestre em Educação pela UFMG

Professor do curso de Psicologia da Faculdade de  
São Lourenço.

*Este trabalho é dedicado a uma pequena e valente alma, Maria Júlia, que, durante sua breve passagem na Terra, nos brindou com sua alegria e força. Embora tenha partido cedo, sua presença iluminou nossas vidas de maneira indescritível. Seu legado nos recorda da fragilidade da vida, da importância de valorizar cada momento e do poder de inspiração que uma alma pura pode exercer.*

## **Agradecimentos**

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais Adolfo e Marisete; irmãos Sabrina e Henrique e minha sobrinha Ana Clara que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao meu namorado Marcos, por todo apoio, carinho e compreensão ao longo de todos esses anos.

Aos meus colegas de curso, que se tornaram meus amigos Karen e Rafael, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

A professora Gabriela, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

## AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS NO AMBIENTE ESCOLAR

*Daniele França Coimbra Alves<sup>1</sup>*

*Gabriela Correia Lubambo Ferreira<sup>2</sup>*

### Resumo

O objetivo central deste estudo é delinear as competências do psicólogo no contexto educacional em relação à escolarização de pessoas surdas, propor uma análise das contribuições que o profissional de Psicologia pode oferecer como facilitador nesse processo. Além disso, examinou-se as legislações relacionadas ao suporte a pessoas com deficiência auditiva, com ênfase nas particularidades desses indivíduos que consideramos pertinentes para esta discussão. Acredita-se que esta pesquisa seja de grande importância como um recurso de referência para os psicólogos, uma vez que há uma carência de publicações abrangentes sobre esse tema. Através deste estudo, destacando o papel do Psicólogo na prática educacional, especialmente no apoio ao desenvolvimento de uma escola inclusiva, incorporando as práticas emergentes que têm surgido e permitindo uma análise abrangente de toda a instituição de ensino. Conclui-se que, apesar das dificuldades que ainda existem na educação, não apenas no que se refere à inclusão, que muitas vezes é agravada pela falta de qualificação dos profissionais da educação, continuar motivados a buscar soluções aprimoradas para cada desafio encontrado, em vez de ceder à desesperança.

**Palavras-chave:** Psicologia; Surdo; Inclusão; Psicólogo Escolar.

### Introdução

Discussões acerca da educação inclusiva têm ganhado cada vez mais espaço no cenário acadêmico atual. Nesse contexto, o psicólogo escolar tem sido considerado como peça fundamental no desenvolvimento e implementação de estratégias mais eficazes de inclusão (BATISTA, 2018). De acordo com PEREIRA & SILVA (2022) a inclusão de crianças surdas nas escolas regulares tem sido respaldada por legislações nacionais e internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece o direito de todas as crianças à educação inclusiva. No entanto, a efetivação dessa inclusão requer a adoção de práticas pedagógicas e estratégias de suporte que levem em consideração as

---

<sup>1</sup> Graduanda do 10º período do curso de Psicologia da Faculdade São Lourenço

<sup>2</sup> Orientadora, mestre em Psicologia pela UFJF e professora do curso de Psicologia da Faculdade São Lourenço

peculiaridades da surdez e as necessidades emocionais, sociais e cognitivas das crianças surdas.

É sabido que, em função da defasagem auditiva, sujeitos surdos enfrentam dificuldades para além da aprendizagem acadêmica uma vez que o atraso na linguagem também pode acarretar em prejuízos psicossociais (LACERDA, 2006). Dessa forma, é imprescindível que a escola seja capaz de organizar um processo efetivo de escolarização dos alunos de forma a favorecer o processo de ensino-aprendizagem e contemplar as necessidades específicas desta população (ASPILICUETA *et al.*, 2013).

A garantia do direito à educação inclusiva para todas as crianças, independentemente de suas habilidades auditivas, é um desafio que demanda o envolvimento de diferentes profissionais, dentre os quais se destaca o psicólogo. A atuação desse profissional é fundamental para promover a inclusão e o desenvolvimento pleno das crianças surdas, considerando suas necessidades específicas e contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e participativo (MATTOS & NUERNBERG, 2010).

Nesse contexto, BATISTA (2018) destaca que, uma vez que o psicólogo possui conhecimentos e habilidades específicas para atuar de forma interdisciplinar, pode auxiliar no processo de identificação das necessidades individuais promovendo, assim, a inclusão e a qualidade de vida das crianças surdas. Além disso, o psicólogo pode fornecer suporte psicológico às crianças, às suas famílias e aos profissionais da escola, promovendo a compreensão e a valorização das diferenças, o respeito mútuo e a construção de relações saudáveis no ambiente escolar.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a contribuição do psicólogo na inclusão de crianças surdas no ambiente escolar. Serão analisados estudos e pesquisas científicas que abordam a atuação do psicólogo nesse contexto. Pretende-se compreender de que forma o psicólogo pode intervir no processo de inclusão, quais são as principais demandas emocionais e sociais das crianças surdas e como o suporte psicológico pode impactar positivamente seu desenvolvimento e seu bem-estar.

Espera-se contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a importância do psicólogo na inclusão de crianças surdas no ambiente escolar, destacando a relevância de uma abordagem inclusiva e interdisciplinar. Acredita-se que os resultados obtidos possam subsidiar a reflexão e o aprimoramento das práticas

educacionais, visando à construção de escolas cada vez mais inclusivas e acolhedoras para todas as crianças, independentemente de suas diferenças e peculiaridades.

### **Metodologia**

O presente estudo é uma revisão narrativa da literatura, é uma abordagem flexível de pesquisa que envolve a análise e síntese de uma variedade de fontes acadêmicas para compreender e contextualizar um tópico. Ao contrário das revisões sistemáticas, que seguem procedimentos rígidos, a revisão narrativa permite explorar uma ampla gama de fontes, como artigos científicos, livros e teses (ENFERM, 2007).

Para a realização deste estudo foram realizadas pesquisas em sites acadêmicos, tais como Google Acadêmico e Scielo, com foco nos seguintes temas: psicologia escolar, educação inclusiva, aluno surdo e ambiente escolar. Foram escolhidos artigos e livros que tratavam desses tópicos e, posteriormente, leitura e extração das informações essenciais para a compreensão do papel do psicólogo na promoção da inclusão no ambiente escolar.

### **História do aluno surdo no Brasil e leis que o ampara**

Durante muitos séculos, pensadores de diversas eras mantiveram a crença de que os surdos eram incapazes de assumir responsabilidades por suas ações e que não podiam ser educados. No século IV a.C., Aristóteles, um dos ilustres filósofos gregos, associou a linguagem à condição humana, considerando, portanto, que os surdos, incapazes de se comunicar por meio da linguagem oral, eram categorizados como não humanos e tidos como destituídos de habilidades. Como resultado, esses indivíduos eram marginalizados e não reconhecidos como plenamente humanos (MOURA, 2000).

De acordo com STROBEL (2009), atendendo ao convite de Dom Pedro II, o professor surdo francês, Ernest Huet, e sua esposa desembarcaram no Brasil em 1855 com a missão de estabelecer uma escola destinada a surdos. Foi em 26 de setembro de 1857 que nasceu o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”. O “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES), como é conhecido nos dias de hoje, está localizado na cidade do Rio de Janeiro e possuía, além da função educacional, o papel de abrigo exclusivo para meninos surdos de todo o Brasil.

Os alunos surdos contam com diversas leis e regulamentações que visam garantir seus direitos e promover a inclusão na educação. No Brasil considera-se fundamental destacar algumas das principais leis e regulamentos que amparam os alunos surdos. A **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146/2015) estabelece os princípios e diretrizes para a promoção da igualdade, inclusão e participação plena das pessoas com deficiência, incluindo crianças surdas, em todos os aspectos da sociedade, incluindo a educação (BRASIL,2015). A **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (Decreto nº 7.612/2011) visa assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, incluindo os surdos, na rede regular de ensino, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso na escola (BRASIL,2011). A **Lei de Libras** (Lei nº 10.436/2002) garante o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estabelece a necessidade de intérpretes de Libras na educação, uma vez que esta é reconhecida como a língua natural da comunidade surda no Brasil (BRASIL,2002). O **Plano Nacional de Educação** (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas e estratégias para a educação no país, incluindo a garantia de acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola (BRASIL,2014). Os **Decretos** nº 5.626/2005 regulamenta a Lei de Libras e estabelecem a obrigatoriedade da presença de intérpretes de Libras em instituições de ensino (BRASIL,2005). O **Brasil: Plano Viver Sem Limite** (Decreto nº 7.612/2011) busca promover a igualdade de oportunidades e o exercício pleno da cidadania das pessoas com deficiência, incluindo medidas para a educação inclusiva (BRASIL,2011).

É importante observar que essas leis e regulamentos variam de acordo com o país, e em muitos países existem leis e regulamentações específicas para garantir a inclusão e os direitos dos alunos surdos na educação. É fundamental que as escolas e instituições educacionais estejam cientes dessas leis e as cumpram para proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva (PEREIRA,2022).

### **A surdez e seus desafios na educação**

A deficiência auditiva está associada a indivíduos que possuem uma perda parcial da audição, na qual o uso de amplificadores sonoros pode compensar a audição residual. A surdez, por outro lado, está relacionada a pessoas com perdas auditivas mais significativas, com pouco ou nenhum resíduo auditivo, e que

necessitam de outras estratégias para se integrarem plenamente em um ambiente auditivo (GODINHO,1982;SEIXAS,2022). A surdez pode ser classificada como congênita (presente desde o nascimento) resultante de fatores como viroses durante a gestação ou adquirida (desenvolve-se após o nascimento) sendo ocasionada por causas como a ingestão de medicamentos prejudiciais ao nervo auditivo, viroses, predisposição genética, meningite e outros. A surdez congênita pode ser causada por fatores genéticos, infecções durante a gravidez ou complicações no parto. A surdez adquirida pode ser resultado de lesões, infecções, exposição a ruído excessivo, envelhecimento ou outras causas (BELLÉ,2023).

De acordo com a legislação brasileira é considerada deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)”. O cálculo para determinar o grau da perda auditiva estabelecido por esse decreto não corresponde à recomendação do Conselho Federal de Fonoaudiologia CFFa (2020). Em ambos os documentos é reconhecido que perdas auditivas acima de 41 dB causam significativas dificuldades na compreensão da fala. Segundo RIBAS (1997), a audição é o sentido responsável por captar informações sonoras presentes em nosso ambiente, sejam elas de natureza verbal ou não. A diminuição na capacidade auditiva pode acarretar desafios emocionais e psicológicos, contudo, a maioria das pessoas com perda auditiva pode ser beneficiada por intervenções médicas adequadas. A inclusão de crianças surdas na educação é uma questão fundamental e complexa que envolve uma série de desafios significativos. A surdez, pode apresentar variações em seu grau e origem. Essas variações individuais tornam essencial a compreensão dos desafios específicos enfrentados por crianças surdas no ambiente educacional. (GODINHO ,1982).

Segundo as observações de DORZIAT (1999), ao ingressarem na escola, as crianças surdas na maioria das vezes possuem um repertório linguisticamente limitado devido às restrições linguísticas. Isso ocorre em grande parte devido ao fato de que a maioria de seus pais são ouvintes e não têm conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Com frequência, essas crianças são colocadas em salas de aula regulares, sem a garantia de educação bilíngue. Em outras palavras, recebem o mesmo tipo de educação dos alunos ouvintes, e, por vezes, não têm acesso a intérpretes, o que dificulta significativamente o processo educacional.

Um dos desafios mais prementes enfrentados por crianças surdas é o da comunicação e da linguagem. A aquisição e o desenvolvimento da linguagem são marcos cruciais no processo educacional, e a escolha da língua de instrução é um ponto crítico. As crianças surdas podem optar por utilizar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o português sinalizado ou uma combinação de ambas. Essa escolha tem implicações significativas na forma como as crianças adquirem conhecimento e se comunicam com seus colegas e educadores (PEREIRA, 2009).

O acesso à informação é outro desafio. A falta de acesso a informações auditivas, como palestras em sala de aula ou discussões, pode dificultar a compreensão do conteúdo educacional. Isso exige a implementação de estratégias de ensino que sejam visualmente acessíveis e a utilização de recursos como intérpretes de Libras e legendas em materiais audiovisuais. Além disso, a falta de apoio educacional adequado é um desafio comum. Não são todas as escolas que estão equipadas com profissionais qualificados para atender às necessidades educacionais das crianças surdas. A falta de apoio pode prejudicar o progresso acadêmico e o desenvolvimento das habilidades (SPENASSATO, 2009).

A integração social também é um ponto crítico. As crianças surdas frequentemente enfrentam barreiras na interação com colegas ouvintes, devido às diferenças na linguagem e na comunicação. O estigma e a falta de compreensão por parte de outros alunos podem levar à exclusão social, afetando o bem-estar emocional das crianças surdas (GALVÃO, 2022).

Os desafios enfrentados por crianças surdas na educação são multifacetados e exigem abordagens inclusivas e adaptativas. A promoção da inclusão, a conscientização sobre a surdez e o apoio de educadores, famílias e comunidades desempenham um papel crucial na superação desses obstáculos e na garantia de igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de sua capacidade auditiva (LACERDA, 2006).

### **A importância do psicólogo escolar na promoção da inclusão**

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2007, p.18), a profissão de psicólogo escolar teve origem na interligação da psicologia e da educação. Delimitar as funções desse profissional e a extensão de suas atividades é uma tarefa complexa, dada a coexistência de diversas visões sobre o que é a

psicologia escolar. Levando isso em consideração, propõe-se a definição da psicologia escolar como o campo onde os psicólogos atuam profissionalmente, conduzem pesquisas e contribuem para a produção de conhecimento científico. Nesse contexto, a psicologia escolar se destaca pela sua inserção na escola e pelo seu envolvimento com todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem, seja em abordagens individuais ou em grupo.

A atuação do psicólogo escolar, reflete uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento do potencial de todos os alunos, com um foco especial nas características únicas de cada um deles. Isso implica o reconhecimento e respeito pelos talentos, necessidades e aspirações individuais, com o objetivo de promover melhorias não apenas na qualidade de vida do aluno, mas também na sociedade como um todo, com base no que cada estudante pode contribuir por meio do desenvolvimento de seu potencial (MARTINEZ,2003). Essa abordagem visa manter uma perspectiva centrada na singularidade de cada aluno, ao mesmo tempo em que está conectada às redes de relacionamentos e à história de vida desse indivíduo. Com esse princípio como base, enfatiza-se um desenvolvimento que transcende os aspectos puramente cognitivos, verbais e quantitativos. Prioriza-se a valorização da personalidade individual e o cultivo das esferas física, mental, social, espiritual e moral, com o propósito de promover e sustentar o bem-estar e a prosperidade (DE OLIVEIRA & MARINHO-ARAUJO, 2009).

Na área da educação, a relevância do psicólogo escolar se torna ainda mais evidente, uma vez que ele trabalha com estudantes que buscam adquirir conhecimento para se tornarem cidadãos plenos. Além disso, no ambiente escolar, esse profissional lida de forma contínua com a diversidade, conflitos e, em suma, com a vida educacional e social dos educandos. É importante destacar que, se lidar com as demandas dos alunos que não são o foco da educação especial já é desafiador, a abordagem de alunos com deficiência torna a prática profissional mais complexa, mas não impossível, desde que haja uma compreensão aprimorada e empática em relação às dificuldades e necessidades desses alunos (MARQUES, 2023).

A busca por uma educação inclusiva, onde todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, é um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa e igualitária (LACERDA,2006). Nesse contexto, o psicólogo escolar emerge como um agente-chave na promoção da inclusão nas escolas. A sua atuação desempenha um papel vital, desdobrando-se em diversas

esferas que, quando reunidas, contribuem significativamente para a efetivação da inclusão educacional. Um dos papéis do psicólogo escolar é o de identificar e avaliar as necessidades individuais dos alunos. Por meio de avaliações psicológicas e educacionais minuciosas, este profissional é capaz de identificar as barreiras que podem obstruir o aprendizado e a participação dos alunos com necessidades especiais. Essa base sólida possibilita a criação de Planos de Educação Individualizados (PEIs), que adaptam o currículo e as estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno (CFP, 2022).

Ao possibilitar a identificação das habilidades cognitivas e acadêmicas, das características socioemocionais, dos interesses e das preferências de aprendizagem, bem como das potencialidades e limitações dos alunos, a avaliação psicológica pode ser um instrumento valioso no planejamento de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento dos estudantes por meio de uma aprendizagem significativa e que auxiliem na superação de desafios (MARTINEZ,2003).Portanto, os dados provenientes de uma avaliação de alta qualidade podem estabelecer o alicerce para que o psicólogo escolar assuma outras funções, à medida que identifica as necessidades específicas em cada contexto (MATTOS,2010). A sensibilização da comunidade escolar é outra faceta crucial. O psicólogo escolar desempenha um papel educativo ao realizar *workshops*, palestras e treinamentos, direcionados a educadores, pais e alunos. Essas iniciativas são alicerces na construção de um ambiente escolar mais inclusivo, onde todos compreendem a importância de acolher e apoiar a diversidade (MITJÁNS & MARTÍNEZ, 2010).

O acolhimento e orientação às famílias e aos alunos abrange a implementação de ações personalizadas de orientação. Em colaboração com outros profissionais da instituição de ensino, o psicólogo assume a responsabilidade por conduzir atividades que não apenas visam superar desafios tangíveis, mas também visam cultivar recursos psicológicos que promovem o desenvolvimento e o bem-estar dos alunos. Isso envolve esclarecer dúvidas, fornecer informações, estimular habilidades de autorreflexão e tomada de decisões, fomentar a criatividade e apoiar a gestão de sentimentos como ansiedade e o senso de pertencimento à escola (SPENASSATO,2009). Uma outra oportunidade de atuação para o psicólogo escolar consiste em contribuir para a construção conjunta do projeto político-pedagógico da instituição de ensino. Esse documento tem a finalidade de orientar as ações da escola, assegurando que elas estejam alinhadas com a sua realidade. Por meio de um

planejamento que abrange a curto, médio e longo prazo, o projeto político-pedagógico auxilia na organização e facilita a implementação das atividades, serve como base para a tomada de decisões no dia a dia da escola e fundamenta intervenções na prática pedagógica (GALVÃO, 2022).

GALVÃO (2002) afirma ainda que é crucial destacar não apenas a crescente importância dessa área de atuação do psicólogo escolar, mas também a necessidade de contar com profissionais devidamente habilitados para desempenhar esse papel. Ao reconhecer o potencial dos alunos e compreender suas necessidades cognitivas, sociais e emocionais, o psicólogo escolar pode agir de forma proativa, consciente e comprometida, com o propósito de fomentar o desenvolvimento desses alunos e, conseqüentemente, contribuir para o progresso da sociedade, considerando o que esses alunos podem realizar sob tais condições.

Um dos pontos mais relevantes desta pesquisa está na compreensão da importância da psicologia escolar em relação aos estudantes surdos, especialmente no que se refere à sua inclusão efetiva no sistema de ensino regular. Portanto, investigar o papel atual desempenhado pelos profissionais nessa área, assim como os desafios e obstáculos enfrentados, é de suma importância para este estudo, juntamente com outras questões já mencionadas. É importante considerar, especialmente dentro da psicologia, o potencial de contribuição e promoção de diálogos sobre um tema tão comum quanto frequentemente negligenciado, muitas vezes por aqueles que deveriam ser os que acolhem a experiência de outros, a dor de não conseguir se comunicar e de não ser ouvido (PASINI, 2022).

A inclusão de alunos surdos no ambiente escolar, seja em turmas com ouvintes ou não, demanda atenção, cuidado e envolvimento de toda a equipe educacional. Nesse processo, é essencial considerar as possíveis frustrações, medos e rejeições que o aluno surdo possa ter internalizado (MATTOS, 2010). O psicólogo escolar educacional desempenha um papel fundamental ao planejar intervenções que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem, na integração social do aluno surdo com seus colegas de classe e no seu desenvolvimento geral. Isso pode incluir a sugestão à escola da necessidade de um Intérprete de Língua de Sinais na sala de aula, entre outras medidas pertinentes (PEREIRA, 2022). O acompanhamento contínuo do progresso dos alunos e a avaliação da eficácia das estratégias de inclusão são tarefas cruciais desempenhadas pelo psicólogo escolar. Essa abordagem baseada em evidências assegura que os alunos estejam verdadeiramente

beneficiando-se das adaptações realizadas. Além disso, o psicólogo escolar atua como defensor dos direitos dos alunos, assegurando que recebam os serviços e o apoio necessários para alcançar o sucesso na escola (BEZERRA, 2020).

### **Considerações Finais**

Compreender os desafios relacionados à inclusão de indivíduos com deficiência auditiva no contexto escolar é de extrema relevância para profissionais que planejam atuar nesse ambiente no futuro. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar a contribuição da psicologia para a inclusão de crianças surdas no ambiente escolar.

Os desafios que persistem ao lidar com esse público no ambiente escolar continuam a ser evidentes, com o preconceito sendo uma das maiores barreiras. Frequentemente, os alunos surdos são percebidos como diferentes, quando, na verdade, são os ouvintes que talvez não compreendam plenamente a forma única com que os surdos interpretam o mundo. Essa perspectiva, se adotada pelos ouvintes, poderia não ser tão precisa.

A determinação e a força com que os surdos encaram o mundo resultam, em parte, da falta de apoio e compreensão que enfrentaram ao longo de muitos anos. A comunidade surda foi obrigada a suprimir seus pensamentos e sentimentos no passado, mas atualmente, a fim de evitar a repetição desse cenário, têm lutado por seus direitos e conquistado espaços que os reconhecem como sujeitos de direitos.

Através deste estudo, foi possível constatar que persistem inúmeras dificuldades na área da educação, abrangendo não apenas a inclusão. O desafio estrutural que enfrentamos é agravado pela falta de capacitação adequada dos profissionais da educação, o que motiva a buscar constantemente aprimoramentos e soluções. É importante ressaltar que, a inclusão social é vista como um meio de assegurar os direitos de todos os alunos, independentemente de suas dificuldades.

## Referências

ASPILICUETA, Patricia et al. A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, n. 03, p. 395-410, 2013.

BATISTA, C. G., & Noronha, A. P. P. (2018). Inclusão de crianças surdas: o papel do psicólogo na construção de práticas educativas inclusivas. Inclusão & Sociedade, 7(2), 49-61.

BELLÉ, Paula et al. IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO DISCIPLINA NA GRADE CURRICULAR DE MEDICINA. Santé-Cadernos de Ciências da Saúde, v. 1, n. 1, p. 75-97, 2023.

BRASIL. Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Diário Oficial da União. 02 Dez 2004

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 7.612, de 11 de novembro de 2011. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de novembro de 2011.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de abril de 2004.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de junho de 2014.

BRASIL. Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2005.

BEZERRA, Kaline da Silva et al. Processo de educação inclusiva do aluno surdo. 2020.

Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa). Guia de orientações na avaliação audiológica, Volume I [periódico na internet]. Visto em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2020/05/CFFa\\_Manual\\_Audiologia.pdf](https://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2020/05/CFFa_Manual_Audiologia.pdf)

Conselho Federal de Psicologia. Cartilha sobre avaliação psicológica. Brasília: CPF, 2022. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2022/08/cartilha\\_avaliacao\\_psicologica-2309.pdf](https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica-2309.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2023.

Conselho Federal de Psicologia. Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia. Brasília: CPF, 2007. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao\\_CFP\\_nx\\_013-2007.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2023.

DE OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: cenários atuais. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 9, n. 3, p. 648-663, 2009.

DORZIAT, Ana. Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos. Cadernos de Pesquisa, p. 183-198, 1999.

ENFERM, Acta Paul. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta paul enferm, v. 20, p. 2, 2007.

GODINHO, ELOYSA. Surdez e significado social. São Paulo: Cortez, 1982.

GALVÃO, Dominique Miranda. Atuação do psicólogo escolar no atendimento ao aluno superdotado segundo psicólogos, professores e familiares. 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos cedes, v. 26, p. 163-184, 2006.

MARQUES, Juliano et al. O psicólogo escolar e a demanda linguística na escolarização de alunos surdos. 2023.

MARTÍNEZ, A. Mitjáns. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a formação. Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional, p. 105-124, 2003.

MATTOS, Laura Kemp de; NUERNBERG, Adriano Henrique. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. Revista brasileira de educação especial, v. 16, n. 02, p. 197-214, 2010.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. O que pode fazer o psicólogo na escola? Em Aberto. Brasília 2010. Disponível em [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO\\_QuePodeFazer.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf). Acesso em: 25 de julho de 2023.

MOURA, Maria Cecília. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro:Revinter, 2000.

PASINI, Alexandra Dandolini. A alfabetização da criança surda: contribuições a psicologia na educação. 2022.

PEREIRA, V. A. Consultoria Colaborativa na escola: contribuições da Psicologia para inclusão escolar do aluno surdo. 2009. 165f. 2023. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação Especial) -Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PEREIRA, Mara Dantas; SILVA, Joilson Pereira da. Psicóloga (o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, 2022.

RIBAS, JOÃO BATISTA CINTRA. A Pessoa Portadora De Deficiência No Mercado De Trabalho Em São Paulo. *Anais Do Primeiro Seminário Nacional*, 17 A 20 De Novembro De 1997. São Paulo: Promove, 1992.

SEIXAS, Maria Ana de Sousa. Promoção da comunicação numa criança com paralisia cerebral e perda auditiva: o uso do sistema Makaton. 2022. Tese de Doutorado.

SPENASSATO, D.; GIARETA, M. K. Inclusão de alunos surdos no ensino regular: investigação das propostas didático-metodológicas por professores de matemática no ensino médio da EENAV. In: *ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 10, 2009.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2009.